



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0008211-20.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Documento de Origem: **CF, OF - 2517/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1162/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **RODRIGO FERREIRA AGOSTINHO**  
 Vítima: **MATHEUS CARVALHO DECHECHI**

Réu Preso

Aos 27 de outubro de 2016, às 15:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu RODRIGO FERREIRA AGOSTINHO, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:**”MM. Juiz: RODRIGO FERREIRA AGOSTINHO, qualificado as fls.31, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, do Código Penal, porque em 11.08.16, por volta de 18h09, Rua Treze de Maio, 1606, centro, em São Carlos, subtraiu para si, uma bicicleta da marca Heil Land, avaliada em R\$800,00, pertencente a vítima Matheus Carvalho Dechechi. **A ação é procedente**. O réu é confesso. A prova oral corrobora a confissão. O réu foi preso por populares na posse da bicicleta subtraída (fotografada a fls.51). O réu ostenta péssimos antecedentes, de modo que a pena deverá ser fixada acima do patamar mínimo. O réu é multi-reincidente, possuindo condenação por roubo (fls.117) e furtos (fls.94/110, 111/113, 117, 120/126). A reincidência, por ser específica, impede a substituição da pena e impõe o regime inicial mais gravoso, qual seja, o fechado. O réu não poderá recorrer em liberdade. Diante do exposto, requeiro a condenação do réu. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. Ademais, a confissão foi espontânea e precedida de entrevista reservada com a Defensoria Pública, momento que teve a oportunidade de conhecer o conjunto e a totalidade da prova. A admissão do delito nesses termos representa para a defesa expressão da autodeterminação do agente e, além disso, possibilidade de responsabilização penal mais branda. O furto é simples como bem observado pelo Ministério Público. Na dosimetria da pena requeiro pena mínima, compensação da confissão com a reincidência, regime semiaberto. Em atenção ao artigo 387, §2º, do CPP, o regime deve ser alterado para o aberto, com expedição de alvará de soltura, em face de tempo de prisão provisória já suportado pelo réu. Ausentes os requisitos da prisão preventiva, requer-se a concessão do direito de apelar em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. RODRIGO



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

FERREIRA AGOSTINHO, qualificado as fls.31, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, do Código Penal, porque em 11.08.16, por volta de 18h09, Rua Treze de Maio, 1606, centro, em São Carlos, subtraiu para si, uma bicicleta da marca Heil Land, avaliada em R\$800,00, pertencente a vítima Matheus Carvalho Dechechi. Recebida a denúncia (fls.88), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.138). Nesta audiência foram ouvidas a vítima, duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, com fixação do regime fechado. A defesa pediu pena mínima, regime aberto, observada a detração e direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso e a prova oral reforça o teor da confissão. O réu é reincidente e tem quatro condenações. Considera-se para a reincidência específica a execução nº 1, fls.120. As demais são consideradas Maus antecedentes (fls.120/127). Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Rodrigo Ferreira Agostinho como incurso no art.155, *caput*, c.c. art.61, I, e art.65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando as execuções 2, 3 e 4, de fls.120/127, como Maus antecedentes, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão, mais 12 (doze) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. A confissão compensa-se com a reincidência e mantém a sanção inalterada, perfazendo a **pena definitiva de 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão, mais 12 (doze) dias-multa, no mínimo legal**. Considerando a reincidência e o elevado número de condenações anteriores, a pena privativa de liberdade deveria ser cumprida inicialmente em regime fechado, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Contudo, já tendo cumprido um sexto de prisão provisória nesse regime, poderá iniciar o cumprimento da pena no **regime semiaberto**, que fica então fixado como inicial, nos termos do artigo 387, §2º, do CPP, vedada a concessão de "sursis" ou pena restritiva de direitos, nos termos dos arts.77, I, e 44, II e III, e §3º, do Código Penal. Comunique-se o presídio em que se encontra. Não poderá haver recurso em liberdade, diante da repetição de infrações, que afronta a garantia da ordem pública. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):